



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete Vereador Carlos Manuel Castro

CONTRATO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º 187/CML/DAFD/2019

[Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto* - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, *Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo*, Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, *Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML)*, publicado no Boletim Municipal n.º 771, de 27 de novembro de 2008 (7.º Suplemento), *Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML)*]

Entre o Município de Lisboa

E

Associação Naval de Lisboa – Secção de Remo

Programa Desportivo Municipal “Clubes de Mar” – 2019/2020

Minuta aprovada em sessão de Câmara através da Proposta n.º 643/CML/2019, de 12/09/2019

Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros aos Clubes, Associações Desportivas e Outras Entidades pelo Município de Lisboa, no ano de 2019/2020.

(Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (quarta alteração Lei n.º 22/2015, de 17 de março, publicada no DR n.º 53, I série) e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (quarta alteração D.L. 99/2015, de 2 de junho, D.L. n.º 106, I série).

N.º de compromisso 6419005683 Declaração Fundos Disponíveis (DFD) N.º 1138/2019.

1. As autarquias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento desportivo e no incremento da prática desportiva. Para a prossecução dos seus objetivos necessitam de juntar esforços com várias entidades públicas e privadas no sentido de, plenamente e de forma conjugada, os atingir.
2. O Município tem adotado uma política de apoio a clubes e coletividades da cidade de Lisboa, bem como a outras entidades sem fins lucrativos que atuem na área desportiva, com vista a sua capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes meios adicionais para suportar os encargos decorrentes do desenvolvimento da prática desportiva.
3. A Associação Naval de Lisboa, com sede social na Doca de Belém - Av. Brasília, 1400-038 em Lisboa, com estatutos aprovados e publicados nos termos legais e regulamentares, portadora do cartão de pessoa coletiva n.º 501092013, identificada na Base de Dados para Atribuição de Apoios do Município de Lisboa, sob o registo BDAA n.º 111471 (entidade validada), é uma

associação de direito privado, sem fins lucrativos, que muito tem contribuído para o desenvolvimento e incremento da prática desportiva no concelho de Lisboa;

4. O programa de ação de governo para a cidade de Lisboa tem como um dos objetivos a dinamização da prática desportiva no rio Tejo, através da promoção da experimentação e da prática de desportos náuticos, retomando e recuperando assim a vocação marítima da cidade.
5. De forma a dar cumprimento a este desígnio, a Câmara Municipal de Lisboa dinamizou no 3.º período do ano letivo 2014/15, um projeto-piloto para o desenvolvimento do desporto náutico, nas modalidades de vela e remo, destinado aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico das escolas públicas de Lisboa e que se denominou por projeto "Clubes de Mar".
6. O Projeto teve uma aceitação muito positiva, contando com a participação de 114 crianças de 4 freguesias e de 3 escolas do 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico da rede pública do concelho de Lisboa.
7. Os resultados alcançados com o projeto-piloto aconselham e incentivam ao desenvolvimento do programa municipal "Clubes de Mar", com os principais objetivos:
 - a) Dinamizar e democratizar a prática desportiva no rio Tejo, nomeadamente ao nível da iniciação e experimentação junto da população escolar do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico das escolas públicas de Lisboa;
 - b) Reforçar a cooperação do Município com os clubes náuticos da cidade, para a criação de uma cultura náutica em Lisboa, facilitando o acesso ao rio e cooperando na criação de condições que a potenciem;
 - c) Estabelecer parcerias com as Juntas de Freguesia da cidade que permitam incluir a iniciação e a experimentação das modalidades náuticas;
 - d) Dar continuidade ao Programa Municipal de Apoio à Natação Curricular, promovendo a sua evolução para implementação de outros desportos náuticos que tenham por base o saber nadar.
8. O apoio a esta entidade para a realização do Programa Municipal Clubes de Mar assume, no presente ano, uma importância acrescida e relevante dado que Lisboa venceu a candidatura a «Capital Europeia do Desporto 2021». Este galardão, atribuído pela "ACES Europe - Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto", tem como objetivo essencial a dinamização do Princípio do Desporto para Todos, que se encontra plasmado na Constituição da República Portuguesa (CRP), com vista ao alargamento e incremento da prática da atividade física e, consequentemente, à melhoria dos níveis de saúde e qualidade de vida das populações;
9. Efetivamente, o importante, por ora, não é apenas e unicamente o foco no ano de 2021 mas, sobretudo e essencialmente, a caminhada que até lá se terá de fazer. O que interessa, pois, é o caminho, o «Road to 2021»;
10. Constitui objetivo da autarquia, durante este período, duplicar o número de pessoas que realizam uma prática desportiva regular, seja de iniciação, de formação ou de manutenção. Este objetivo só pode ser alcançado com o empenho, dedicação e compromisso responsável e direto das Juntas de Freguesia, das associações desportivas, dos clubes, dos seus dirigentes, associados, técnicos e famílias. E é este o repto que o Município lança a todos os agentes e atores desportivos;

11. A atribuição do apoio de âmbito financeiro e não financeiro consignado neste Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo respeitou o RAAML, bem como o estabelecido no Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo.

Assim, entre:

O **Município de Lisboa**, através do seu órgão executivo, **Câmara Municipal de Lisboa**, com sede na Praça do Município, adiante designada por CML, ou **Primeira Outorgante** pessoa coletiva de direito público n.º 500 051 070, neste ato representada pelo Vereador do Pelouro do Desporto, Carlos Manuel Castro, no uso de competência delegada e subdelegada pelo Despacho n.º 24/P/19, de 19 de fevereiro, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1305 de 21 de fevereiro de 2019,

,

E

A Associação Naval de Lisboa, com sede social na Doca de Belém - Av. Brasília, 1400-038 em Lisboa, com estatutos e publicados nos termos legais e regulamentares, portadora do cartão de pessoa coletiva n.º 501092013, identificada na Base de Dados para Atribuição de Apoios do Município de Lisboa, sob o registo BDAA n.º 111471 (entidade validada), adiante designado, abreviadamente por ANL, ou **Segunda Outorgante**, neste ato devidamente credenciada pelos representantes legais, com poderes para intervir no ato nos termos estatutários,

É celebrado e, por ambos aceite, o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos gerais do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março e demais Regulamentos Municipais em vigor que se rege pelas cláusulas seguintes:

ARTICULADO

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação entre os dois outorgantes destinada à definição de formas de colaboração institucional entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Associação Naval de Lisboa com vista à realização, no ano letivo de 2019/2020 do Programa Municipal denominado "Clubes de Mar" dirigido às crianças e jovens do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico.
2. O Programa "Clubes de Mar" compreenderá a elaboração conjunta de um programa de atividade semanal, no período da manhã ou da tarde, em função das disponibilidades das escolas, nos termos a acordar entre as partes mas que respeite as seguintes condições:
 - a) A realização de um programa de 11 sessões consecutivas da atividade por cada turma ou grupo de alunos, com uma sessão por cada semana (3 horas), mais 1 hora para a organização prévia e final de cada sessão;
 - b) Cada turma ou grupo terá o limite máximo de 24 alunos;

- c) A realização, para além das modalidades náuticas e de acesso ao rio, de atividades educativas e formativas a desenvolver com crianças que não se encontrem em atividade de prática no rio;
3. O programa referido no número anterior será executado pela **Segunda Outorgante**, de acordo com os termos do presente Contrato-Programa e a legislação nacional em vigor a aplicar à matéria em questão, sendo o mesmo responsável pela obtenção de todas as licenças municipais ou outras que ao caso couberem e pelo cumprimento das normas de segurança, higiene e saúde que sejam aplicáveis ao exercício da presente atividade;
4. A disciplina do regime de comparticipação de âmbito financeiro e logístico e o acompanhamento de execução do programa aqui previsto é definida pela **Primeira Outorgante**;
5. A atribuição do apoio consignado neste Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi precedida de formalização de pedido de apoio apresentado pela **Segunda Outorgante**, devidamente instruído de acordo com o RAAML, e correlativa análise pelos serviços da Câmara Municipal/Departamento de Desporto, com base em critérios previamente definidos e consequente elaboração de proposta para apreciação pelo órgão executivo, após parecer das respetivas Juntas de Freguesia, cumprindo-se, deste modo o propugnado no “Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa” (RAAML) e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março;
6. As comparticipações financeiras e não financeiras definidas no número anterior não serão proporcionalmente aumentadas em função do custo real do respetivo Programa, a não ser que haja concordância expressa por parte da **Primeira Outorgante**, após fundamentação específica e concreta.

Cláusula Segunda

(Apoio não financeiro)

1. A **Primeira Outorgante** atribui à **Segunda Outorgante** a comparticipação de ordem não financeira que se consubstancia na cedência de equipamentos e diversos materiais de âmbito logístico e na isenção do pagamento das respetivas taxas previstas no *Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML)*, após instrução pelos serviços do Departamento da Atividade Física e de Desporto do competente processo administrativo e reconhecimento pelo Vereador com competência subdelegada na área dos serviços liquidadores, nos termos e para os efeitos do n.º 6 do artigo 9.º e n.º 2 do artigo 12.º do RGTPORML, cujo valor pode atingir até um limite de € 5.000,00 (cinco euros), em cada um dos anos civis de vigência do Contrato (2019 e 2020), de acordo com a informação superveniente dos diversos serviços municipais envolvidos.
2. A **Segunda Outorgante** entregará por escrito à CML/Departamento da Atividade Física e do Desporto, a indicação dos materiais logísticos necessários à cabal e plena realização do objeto do Contrato, dados que serão, posteriormente, colocados pelos serviços em mapa tipo que integrará todo o processo, fazendo-se expressa menção do Contrato - Programa que subjaz a esse apoio.
3. O mapa tipo inclui a previsão estimada dos apoios não financeiros, podendo ser atualizado e alterado em função das necessidades reais da organização das iniciativas referidas na Cláusula respeitante ao objeto, sendo os valores de atribuição não financeira evidenciados nos relatórios finais e de atividade a entregar pela **Segunda Outorgante** de acordo com a minuta anexa ao RAAML e as datas aqui estabelecidas.

4. Os valores finais de atribuição dos apoios de âmbito não financeiro à concretização do Programa definido na **Cláusula Primeira**, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, serão evidenciados no relatório final de atividade e financeiro entregue pela entidade e sufragados pela análise final dos serviços, sendo dados a conhecer publicamente na BDAA.

Cláusula Terceira

(Apoio financeiro)

1. A **Primeira Outorgante** atribui à **Segunda Outorgante**, que o aceita o apoio financeiro, no montante global de **€ 38.530,00 (trinta e oito mil quinhentos e trinta euros)**.
2. O apoio financeiro referido no número anterior destina-se, exclusivamente, a suportar os encargos contemplados com a implementação do Programa Municipal de acordo com a informação dos serviços que consta da instrução do procedimento;
3. Os custos por turma/grupo serão os discriminados no quadro que se junta como ANEXO I ao presente contrato e que dele fica a fazer parte integrante, ficando desde já acordado que se na execução do programa o número de turmas/grupo vier a ser reduzido será proporcionalmente reduzido o montante do apoio financeiro a prestar à **Segunda Outorgante**.
4. No contexto do objeto, a **Segunda Outorgante** assume, pelo presente Contrato-Programa, a responsabilidade pela integral realização do programa referido na **Cláusula Primeira**;
5. Em caso algum, a **Primeira Outorgante** comparticipará em indemnizações que venham, eventualmente, a ser devidas pela concretização de tal programa.

Cláusula Quarta

(Plano de Pagamentos)

1. O apoio financeiro atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a) Em 2019: € 23.118,00 (vinte e três mil cento e dezoito euros) correspondente a 60% do valor global a transferir após a deliberação do órgão executivo, correlativa outorga do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo e publicação no sítio da CML;
 - b) Em 2019: € 7.706,00 (sete mil setecentos e seis euros) correspondente a 20% do valor global, a transferir no decorrer do terceiro trimestre de 2019, após entrega do relatório intercalar de execução física e financeira;
 - c) Em 2020: € 7.706,00 (sete mil setecentos e seis euros) correspondente a 20% do valor global, depois da entrega do relatório de execução física e financeira a entregar até 30 dias após o *terminus* do Programa, com explicitação dos resultados alcançados e cópias dos respetivos documentos justificativos.

Cláusula Quinta
(Indicadores do projeto e ou atividades)

No âmbito do objeto do presente Contrato-Programa os indicadores a considerar são os que se encontram diretamente explicitados em sede dos formulários e pedido de apoio apresentados pela **Segunda Outorgante** e que foram sufragados pela análise fundamentada dos serviços em função de critérios previamente definidos de acordo com o estabelecido no RAAML.

Cláusula Sexta
(Obrigações da Primeira Outorgante)

1. A **Primeira Outorgante** compromete-se a:

- a) Transferir para a **Segunda Outorgante** as verbas expressas na **Cláusula Quarta** de acordo com o plano de pagamentos nela referenciado;
- b) Ceder os equipamentos e diversos materiais de âmbito logístico com a isenção de taxas e descontos dos preços aplicáveis, previstos no *Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML)*, e correspondentes tabelas em vigor, até um limite de € 5.000,00 (cinco mil euros) em cada um dos anos civis de vigência do presente Contrato (2019 e 2020), de acordo com a informação superveniente dos diversos serviços municipais envolvidos;
- c) Informar a **Segunda Outorgante** do plano previsto para o *Road to 2021 – Capital Europeia do Desporto* e propor a organização de eventos e iniciativas em parceria que se integrem no espírito e na candidatura vencedora de Lisboa a Capital Europeia do Desporto;
- d) Verificar o exato desenvolvimento do objeto e atividade que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto no Artigo 19.º do Decreto – Lei n.º 273/09, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março e demais regulamentos municipais aplicáveis, nomeadamente no “*Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa*” (RAAML);
- e) Assegurar a existência da apólice de seguro de acidentes pessoais, que cubra todos os participantes nas atividades, de acordo com a legislação em vigor;
- f) Divulgar o programa nos meios de comunicação disponíveis da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa.

2. A **Primeira Outorgante**, reserva-se o direito de realizar inspeções, inquéritos ou sindicâncias, bem como de determinar a realização de uma auditoria através do Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria ou, eventualmente, por entidade externa, bem como de solicitar a apresentação da documentação necessária para apreciar a correta aplicação dos apoios.
3. A **Primeira Outorgante** assume o compromisso de respeitar as regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, bem como da legislação nacional aplicável.

Cláusula Sétima
(Obrigações da Segunda Outorgante)

1. Na execução do presente contrato, a **Segunda Outorgante** compromete-se a:

- a) Executar o Programa previsto na **Cláusula Primeira** do presente contrato, nos termos e condições nele previstos e em integral respeito e cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor e aplicáveis ao exercício da atividade em causa, no que respeita a normativos técnicos, condições de segurança, higiene e saúde que sejam aplicáveis ao exercício da presente atividade;
- b) Assegurar o adequado acompanhamento dos alunos durante todo o tempo das atividades, desde o momento da sua receção à entrega dos mesmos aos responsáveis pela sua deslocação, garantindo o respeito de todas as normas e condições de segurança para a prática da atividade, tais como obrigatoriedade de utilização de coletes de flutuação, realização do acesso à água nos locais próprios para o efeito, entre outras;
- c) Disponibilizar o material especializado/pedagógico, estabelecendo-se desde já o número mínimo de duas embarcações para a modalidade desenvolvida podendo, em casos específicos e, com o acordo expresso e por escrito da **Primeira Outorgante** o número mínimo vir a ser alterado em função do número de alunos turma/grupo;
- d) Proceder à aquisição de equipamento desportivo e de segurança a utilizar exclusivamente nas atividades deste programa, de acordo com as indicações expressas fornecidas pelo Departamento da Atividade Física e do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, bem como à inserção no mesmo do logotipo da CML e do Programa "Clubes de Mar";
- e) Garantir que todos os equipamentos e materiais cedidos pela **CML** ou adquiridos para a execução do presente programa sejam mantidos em bom estado de conservação e sejam objeto de uma utilização prudente e cuidada;
- f) Tomar conhecimento do plano previsto para o *Road to 2021* – Lisboa Capital Europeia do Desporto e propor a organização de eventos e iniciativas em parceria com a **Primeira Outorgante** que se integrem no espírito e na candidatura vencedora de Lisboa a Capital Europeia do Desporto;
- g) Dar visibilidade e publicidade substancial do Programa Municipal constante da **Cláusula Primeira** da campanha Road to 2021 – Lisboa Capital Europeia do Desporto, de acordo com os materiais oficiais cedidos pela **Primeira Outorgante**;
- h) Realização do enquadramento técnico das atividades náuticas, ficando, desde já, definido o seguinte limite:
 - i) Um conjunto de treinadores em função de cada turma/grupo, respeitando-se, pelo menos, o rácio mínimo de 1 técnico para 8 alunos;
 - i) Os números mínimos referidos no ponto anterior poderão vir a ser alterados, por acordo expresso e por escrito da **Primeira Outorgante** e em casos específicos devidamente justificados, ficando, desde já, expresso que a falta de alunos nalguma aula não poderá de alguma forma prejudicar o número mínimo de treinadores por Grupo/turma;

- j) Garantir que o enquadramento seja realizado por treinadores portadores do Título Profissional de Treinador de Desporto da respetiva modalidade e as embarcações sejam conduzidas por pessoas detentores da Carta de Navegador de Recreio emitida pela entidade competente para o efeito;
- k) Manter a Secretaria em funcionamento durante o decurso das aulas para apoio aos alunos que integram este programa, de acordo com o definido pelo Departamento da Atividade Física e do Desporto/CML;
- l) Proceder à manutenção da embarcação utilizadas no programa, de forma a garantir o seu bom funcionamento e segurança para a execução das atividades a que estão adstritos;
- m) Realização da avaliação inicial e final das competências individuais dos alunos;
- n) Proceder à apresentação à **Primeira Outorgante** da listagem de necessidades de material logístico para a realização do programa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sobre a data do seu início;
- o) Publicitar o apoio da CML, através da menção expressa «Com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa» e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos ou outros de promoção ou divulgação do programa previsto na **Cláusula Primeira**, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- p) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- q) Assegurar outras contrapartidas financeiras ou logísticas que se mostrem necessárias para a boa realização do objeto do presente Contrato-Programa, nomeadamente, através do mecenato, ou outras formas adequadas e compatíveis com a sua concretização, de acordo com a legislação em vigor;
- r) Incluir no respetivo sistema contabilístico um centro de resultados para registo exclusivo dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados com menção expressa da sua proveniência e da insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração;
- s) Organizar a sua contabilidade por centro de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos por Contrato-Programa e identificação de receitas;
- t) Nos termos do n.º 2, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, prestar consentimento expresse, para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, de acordo com o propugnado no número 1, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril;
- u) Entregar os requerimentos, junto dos serviços competentes da edilidade, com vista à obtenção de isenção de taxas e descontos dos preços aplicáveis, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 6, do artigo 9.º e do n.º 2, do artigo 12.º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML).
2. A **Segunda Outorgante** deverá apresentar à **Primeira Outorgante**, de acordo com os prazos estabelecidos na **Cláusula Segunda** o relatório de execução física e financeira, de

acordo com o modelo anexo ao RAAML, com explicitação dos resultados alcançados e cópias dos respetivos documentos justificativos da despesa, no qual deve constar:

- a) Evidência do registo contabilístico, nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março.
 - b) O prazo previsto na alínea anterior poderá ser, excecionalmente prorrogado, em função das características, especificidades e cronograma de execução física do programa e atividade melhor identificados na **Cláusula Primeira**, após parecer fundamentado dos serviços.
3. Ao relatório final de execução física e financeira do Programa a executar nos termos da **Cláusula Primeira**, para além das cópias de comprovativos de despesa, deverá ser anexada cópia do Modelo 22 e, se aplicável, também o anexo D, entregue à Administração Fiscal [artigo 11.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), do ano fiscal transato à execução do presente Contrato-Programa.
 4. Sempre que a **Segunda Outorgante** organize provas desportivas e caso os respetivos regulamentos estipulem a atribuição de prémios, obriga-se ainda à entrega de prémios de valor igual às atletas femininas e atletas masculinos, nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e posterior legislação regulamentar sobre esta matéria.
 5. Em matéria de proteção de dados pessoais que digam respeito à relação com a **Primeira Outorgante** e ao estrito cumprimento do presente Contrato, a Segunda Outorgante compromete-se a respeitar o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, bem como da legislação nacional aplicável.
 6. A **Segunda Outorgante** assume ainda o compromisso de divulgar e respeitar os princípios estabelecidos no Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED) em todos os eventos, provas desportivas e outras iniciativas que realizar sob a sua responsabilidade ou em parceria com outras entidades.

Cláusula Oitava

(Obrigações conjuntas)

As partes outorgantes obrigam-se mutuamente a colaborar no sentido de assegurar a completa e eficaz realização e cumprimento do objeto do presente Contrato-Programa.

Cláusula Nona

(Prazo de vigência)

O presente Contrato-Programa entra em vigor após a sua celebração e opera o seu *terminus* com a conclusão do Programa enunciado na **Cláusula Primeira**, ressalvadas as prorrogações a conceder, eventualmente, pela **Primeira Outorgante**, em função de fundamentação expressa, sem prejuízo do disposto na **Cláusula Décima Terceira**.

Cláusula Décima**(Auditoria)**

Sem prejuízo da obrigatoriedade de entrega do relatórios de execução física e financeira do evento, ao qual se faz referência expressa no número 2 da **Cláusula Sétima**, a execução do presente contrato poderá estar sujeita a auditorias a realizar pelo Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, de acordo com o estabelecido no RAAML, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito, bem como organizar e arquivar, autonomamente, a documentação justificativa da aplicação dos apoios concedidos.

Cláusula Décima Primeira**(Revisão)**

O presente Contrato-Programa pode ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, no que se mostre estritamente necessário ou, unilateralmente, pela **Primeira Outorgante** devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula Décima Segunda**(Incumprimento, Rescisão e Sanções)**

1. O incumprimento pela **Segunda Outorgante** de uma ou mais condições estabelecidas no presente Contrato-Programa constitui causa de rescisão imediata por parte da **Primeira Outorgante** e implica, a devolução dos montantes recebidos e não executados de acordo com o objeto contratual, bem como a devolução imediata dos bens cedidos ou do valor correspondente aos mesmos, na hipótese de não ser possível a sua devolução em boas condições, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos.
2. O incumprimento do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo constitui impedimento para a atribuição de novo apoio à **Segunda Outorgante** num período a estabelecer pelo Órgão Executivo.

Cláusula Décima Terceira**(Cessação)**

1. O presente contrato cessa a sua vigência quando:
 - a) Esteja concluído o Programa de Desenvolvimento Desportivo que constitui o seu objeto;
 - b) Por causa não imputável à **Segunda Outorgante**, enquanto entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus fins essenciais;
 - c) A Câmara Municipal de Lisboa exerça o seu direito de resolver o contrato;

- d) No prazo estipulado pela Câmara Municipal de Lisboa não forem apresentados pela **Segunda Outorgante** os documentos referidos no presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo.
2. A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida às partes **Outorgantes**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

Cláusula Décima Quarta

(Disposições finais)

1. Em caso de diferendo sobre a interpretação as partes desenvolverão esforços de boa fé para encontrar uma solução;
2. Os litígios emergentes da execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo serão submetidos a arbitragem, nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março;
3. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Contrato-Programa aplicam-se, subsidiariamente, as normas e regulamentos municipais em vigor no Município de Lisboa, nomeadamente, as disposições do *Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa*, e o *Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa*, bem como a legislação especial aplicável;
4. Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ao presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi atribuído compromisso número 6419005685 e a Declaração de Fundos Disponíveis (DFD) número 1138/2019.

Depois de lido em voz alta, **os Outorgantes** declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro para ambos os direitos e deveres de cada uma das partes, como tal, vai ser assinado;

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, em 19 de setembro de 2019, contendo 12 (doze) páginas de 2 (dois) exemplares, ficando um exemplar na posse de cada um dos **Outorgantes**.

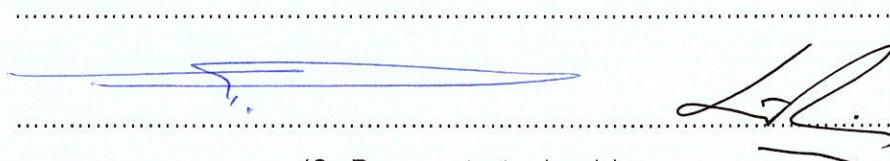
O Município de Lisboa



Carlos Manuel Castro

(Vereador)

Associação Naval de Lisboa – Secção de Remo



(Os Representantes legais)



Anexo I

VARIÁVEIS	Modalidade
1. Custos com os Técnicos por Turma:	
a) Dimensão do Grupo	
b) Duração da Aula (em h para preparação e arrumação final)	
c) Rácio N.º crianças x Técnicos	
d) N.º técnicos para turma/grupo	
e) N.º técnicos para condução das embarcações de apoio (Remo) ou Técnicos de Apoio	
f) Valor hora de remuneração aos técnicos (s/IVA)	
g) Custos por Aula	
h) N.º aulas por grupo/turma	
i) Custo Total por Turma = 10 aulas	
2. Outros Custos por Turma:	
a) N.º Embarcações de apoio	
b) Combustível para os barcos de apoio por aula (12,00€/barco)	
c) Apoio secretariado (abertura das instalações) por aula	
d) Manutenção das embarcações e lavagem e armazenamento dos equipamentos individuais dos alunos (a)	
e) Custo Total por Turma = 10 aulas	
3. Custos Totais por Grupo/Turma	

VARIÁVEIS	Modalidade
1. N.º de grupos por período	
2. N.º Total de Crianças e Jovens por clube (24 crianças por grupo)	
3. Custos Totais por Grupo	
4. Custos Totais Gerais por Período	
5. N.º de Períodos	
6. Custos Totais Gerais	